

# A VOZ DO POVO

ORGAN DE IDEAS REPUBLICANAS

REDACÇÃO DE DIVERSOS

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO

ANNO I.

SANTA CATHARINA—DESTERRO—DOMINGO 5 DE JULHO DE 1885

NUMERO 6

## Expediente

Por enquanto publica-se este jornal aos domingos.

### ASSIGNATURAS

#### CAPITAL

Semestre. . . . . 3\$000

#### PELO CORREIO

Semestre. . . . . 4\$000

Numero avulso 40 réis.

Pagamento adiantado.

Os autographos que nos forem enviados não serão devolvidos, embora deixem de ser publicados.

Qualquer publicação, não sendo contraria ás idéas deste jornal, será feita por preço muito favoravel.

Qualquer publicação, não sendo contraria ás idéas deste jornal, será feita por preço muito favoravel.

## A VOZ DO POVO

Desterro, 5 de Julho de 1885.

Graças ás nossas boas intenções, não somos dos republicanos communistas e incendiarios que para conseguirem os fins não lhes importam os meios; isto é, não somos

## FOLHETIM

ALFREDO DE SARMENTO

### A SÉSTA

(CONTOS)

AS MÃS LINGUAS

I

— Que diz, mestre, pois atreve-se...

— Eu cá tenho as minhas razões. O senhor está toda a semana na Outra Banda, e não sabe o que por cá vae. Oíça e verá que ha de dar parabens á sua fortuna, por ter encontrado um amigo que lhe falle a verdade. A sra. Maria dava que se scismar á visinhança pelo mysterio da sua conducta; de dia fazia-se muito séria e recatada, mas a tia Perpétua, a visinha alli defronte, que tem os olhos abertos, e sabe como as coisas se fazem, annunciou-me, debaixo de palavra de honra, que ella saía todas as noites, e voltava muito tarde, acompanhada sempre por um rapaz muito bem vestido, e com seus ares de fidalgo.

— Isso é falso! bradou Jeronymo n'um accesso de furor.

— Oíça até o fim, que eu provo sempre o que digo. Aquelle modo de vida, continuou

daquelles que para desthronar o monarcha não trepidariam sacrificar a vida de seus proprios concidadãos.

Uma revolução!...

E haverá, por fatalidade, no vasto e uberrimo Imperio Brasileiro um só de seus filhos, que tenha sentimentos humanitarios e respeito o credito da patria e os principios sociologicos, que imagine, que sonhe sequer extinguir a monarchia por meios revolucionarios?!...

Não, de certo.

Somos um povo sem inclinação ás revoluções, porque o nosso seculo é de luz, derramada pelos raios do sol da intelligencia humana.

Já lá vão os tempos do barbarismo e das gentes revolucionarias.

O aperfeiçoamento da especie humana e o desenvolvimento da intelligencia dos homens que advogam a causa do bem estar e do desenvolvimento dos povos, tendo por norma o progresso da Nação, que lhes deu o berço, tem demonstrado exuberantemente que o melhor meio de convencer a população é a palavra, porque com ella se ouve mais, mas nunca com a força e a applicação das armas, porque este meio degrada os povos, toibe a marinha do progresso e ennegrece as folhas da historia da Nação, se não adoptarem.

Tenhamos, pois, sempre em vista esses inconvenientes e, seguindo as nossas doutrinas, trabalhemos com perseverança, empregando a palavra para convencer o povo do erro em que tem incorrido adoptando a monarchia.

por muito tempo, com excepção dos domingos, até que na segunda feira passada, se tornou o caso publico, porque o tal fidalgo veio de dia, e assim succedeu até que hoje foram todos passear de trem. Se a visse, como ia toda tafula, com cordão de ouro e relógio!

Jeronymo succumbira ao peso daquella accusação, pronunciada com tão firme accento de verdade; todavia, tornando a si, e procurando occultar o pezar que lhe enlucava a alma, disse com voz firme:

— O senhor prometteu-me provas, pois bem, exijo-lh'as immediatamente, aliás saiba que me não sae vivo das mãos.

O barbeiro empallideceu; a coragem que nunca o abandonava quando se tratava apenas de palavras, fugia-lhe em debandada agora, que o caso promettia estender-se ás vias de facto. O medo, porém, inspirou-lhe um modo de sair airoso daquelle posição, e apressou-se em responder:

— Prometti-lhe provas, e estou prompto a dal-as.

— Venham ellas, quanto antes.

— Tenha a bondade de esperar aqui na loja, algum tempo, que elles não tarda que voltem, e então verá com os seus proprios olhos.

Jeronymo d'era tudo para que mestre Ignacio lhe não fizesse semelhante proposta; podia elle, porém, recusar-se á justificação do

E quando, com a palavra, com factos provados e com argumentos incontestaveis, tivermos conseguido a educação que o povo precisa para afastar-se da tacanha politica que, por conveniencia pessoal, sustenta a monarchia e conduz o paiz á crise que atravessamos, findará a nossa missão e julgarnos-hemos felizes e victoriosos por termos alcançado o triumpho pelo qual pelejamos em prol da causa do povo Brasileiro.

E ainda quando elle, o povo, estiver convencido da veracidade das nossas doutrinas, e de que no nosso paiz não se escolhem os homens para os cargos, mas sim os cargos para os homens, o que motiva o abatimento assustador em que se acha o Imperio, deixará de mandar ao parlamento homens que especulam com os interesses dos que os elegeram e, o que é peor, com os interesses da patria.

E' isso que o povo tem por dever estudar; é isso que cada cidadão, como cidadão brasileiro, amigo intimo da sua propria familia e da sua patria, deve por em execução, mas quanto antes.

Este cidadão brasileiro, amigo intimo da sua propria familia e da sua patria, deve por em execução, mas quanto antes. Este cidadão brasileiro, amigo intimo da sua propria familia e da sua patria, deve por em execução, mas quanto antes. Este cidadão brasileiro, amigo intimo da sua propria familia e da sua patria, deve por em execução, mas quanto antes.

Então é que o povo Brasileiro poderá affirmar que o Brazil é a primeira Nação do mundo.

que avançara o homem que, com duas palavras, lhe abalára tão violentamente o edificio da sua ventura? E demais Jeronymo sentia a necessidade de se convencer, pelos seus olhos, da traição da mulher que era, para elle, a realização dos seus dourados sonhos, a luz radiante que lhe illuminava a estrada, por onde caminhára orgulhoso, nas honrosas lides do trabalho! Jeronymo concentrou em si a dôr que lhe esmagava o coração, e esperou.

Passado um quarto de hora, sentiu-se o rodar de um trem, e o barbeiro, fechando as portas de vidraça, disse a Jeronymo que espreguitasse por detrás das cortinas.

O moço operario sentiu uma vertigem roubar-lhe a luz dos olhos; mas tentando um supremo esforço alcançou, cambaleando como um homem embriagado, o logar indicado para a observação.

Eram de facto a familia do velho artista, e Alberto que voltavam do seu passeio ao campo.

Maria vinha radiante de alegria, e Jeronymo pôde ver, por entre as lagrimas de desespero, a doce intimidade que existia entre ella, e aquelle desconhecido maldito. Alberto apeára-se, e ajudando a descer o velho Raymundo, apertou-lhe a mão, deu um beijo na testa de Maria, e disse com maviosa:

— Até amanhã, minha querida

## O Taboleiro

O distincto engenheiro H. Gale, chefe da E. F. Thereza Christina, espontaneamente, deu-se ao trabalho de estudar a extensão e posição do taboleiro do nosso porto, e declarou a varias pessoas, publicamente, que mediante a quantia de duzentos contos compromettia-se a desobstruir-o até à profundidade de 28 a 30 pés.

Não precisa mesmo maior profundidade.

Ora, se esse engenheiro orçou por aquella quantia a desobstrucção do taboleiro, por conta propria, tendo que comprar ou alugar dragas e pagar ainda a todo o pessoal, é claro e evidente que o governo a effectuaria por meios de um quarto dessa somma, pela razão favoravel de já dispôr de todos esses elementos, á excepção do que constitue o pessoal scientifico, que é limitadissimo, com o qual não ha necessidade de fazer-se avultados dispendios.

Além disso o governo deve saber, segundo nos parece, que não precisando ter fundeados no porto do Rio de Janeiro tantos navios de guerra, devia mandar estacionar em nosso porto um ou dois delles, os quaes, com o proprio pessoal, que é habilitadissimo, fariam, por meio das dragas, essa desobstrucção, sem o menor onus para os cofres do Estado.

O governo estude bem esta questão, aliás de subida consideração e digna da maior importancia, e reconhecerá que não erramos sobre o plano que apresentamos e que não tem razão nem motivos justificaveis para continuar na obstinação de fingir-se esquecido deste importante melhoramento de proveito geral e de muita urgencia, pelas razões obvias que ahí ficam registradas.

## TRANSCRIPÇÕES

### CATECHISMO REPUBLICANO

POR  
ALBERTO SALLES.

(Continuação)

#### LICÇÃO II DO PODER GOVERNAMENTAL.

Qual é a idéa correlata a de sociedade?

É a idéa de governo. Todo agrupamento de individuos, ou seja temporario, ou seja permanente, implica sempre a existencia de uma certa autoridade, que reside em alguma parte e que tem por fim unico imprimir direcção e movimento ao agrupamento geral. Não ha sociedade sem governo, nem governo sem sociedade. Na familia, que é o grupo mais elementar que conhecemos, o governo se encarna na *autoridade paterna*; na tribu elle se consubstancia na *autoridade do chefe*; e na sociedade, elle se manifesta, energico e vigoroso, na *autoridade do Estado*.

Qual a origem do poder governamental?

Como é bem sabido, ha em cada um de nós duas tendencias oppostas e inteiramente distinctas, á saber: uma que nos leva a tomar interesse e a adquirir affeição pelas cousas dos outros, e outra que nos prende e nos liga aos nossos proprios interesses. São os sentimentos irreconciliaveis da *sympathia* e do *egoismo*, que formam o fundo de nossa moral e que constituem os

unicos estímulos de todo o nosso desenvolvimento, quer individual, quer social. Pela *sympathia* tomamos parte na promoção do bem estar de nossos semelhantes e damos logar a formação da concepção eminentemente social do *interesse commum*; pelo *egoismo* cuidamos de preferencia do que é nosso e damos origem a concepção do *interesse particular*. É da luta entre esses dous interesses que resulta o progresso com todas as suas consequencias eminentemente civilisadoras. É dahi que resulta igualmente o phenomeno geral da *cooperação*, que é, não somente a base de todo o desenvolvimento social, como tambem o unico motivo da necessidade do Estado, como um centro geral regulador.

Em que consiste o phenomeno da cooperação?

Na troca, na permuta constante de esforços e aptidões, que se estabelece necessariamente entre os individuos do mesmo agrupamento social, não somente como o meio mais apropriado para a obtenção do interesse commum, mas ainda como o mais effizaz para a consecussão dos proprios interesses particulares. Sem este auxilio mutuo seria impossivel a satisfação dessas duas ordens de interesses.

De que modo surge dahi o poder governamental?

Do modo seguinte: si cada um de nós é naturalmente propenso a cuidar *mais* do que é seu do que daquillo que é dos outros, é evidente que, em todos os casos em que houver *identidade de interesses*, os individuos não de necessariamente ligar-se para, de *cooperação*, alcançarem para si o maior bem possivel. E como as circumstancias de logar, de *tempo* e de *condições* produzem a *diversidade das necessidades*, é claro que os individuos ficarão tambem divididos, desde logo, em classes diferentes, conforme suas circumstancias particulares de existencia, lutando *cada classe* tão somente pela satisfação de suas necessidades especiaes. Resultará, portanto, dahi uma verdadeira tendencia *dispersiva*, que, si não fóra a autoridade do Estado, acabaria por aniquilar completamente a *unidade social*.

Em que consiste, pois, o poder governamental?

Consiste n'uma força superior, produzida pelo facto mesmo da agglomeração dos individuos em grandes agrupamentos e que tem por fim, não somente conter e prevenir tanto quanto possivel a tendencia dispersiva das diferentes forças sociaes, encaminhando-as e dirigindo-as constantemente para um fim de utilidade geral e collectiva, mas tambem harmonisar do melhor modo possivel as forças de conservação com as de renovação e estabelecer, desse modo, a perfeita conciliação da ordem com o progresso. O Estado é o organismo em que se encarna esse poder.

(Continúa.)

### Camara dos deputados

DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO DE 11 DE JUNHO DE 1885.

O SR. CAMPOS SALLES (continuando): — Nesse momento, quando o Sr. Ferreira Vianna dizia que fazia essa declaração com a

sua unica responsabilidade individual, ouviu-se um aparte do nobre representante pela provincia do Rio de Janeiro, o Sr. Andrade Figueira, dizendo — *pode associar tambem a minha*.

E ouviram-se igualmente vozes de toda a bancada conservadora, dizendo — *e pôde associar tambem a responsabilidade de toda a opposição*.

O SR. MANOEL PORTELLA: — E protestos tambem da bancada conservadora em sentido contrario.

O SR. CAMPOS SALLES: — Não existem protestos de ninguem nos Annaes e eu refiro o que encontrei nos Annaes.

Portanto, já não foi só um deputado, aliás da maior autoridade; mas foi todo o partido conservador, que pelos seus representantes nesta Camara denunciou, uniformemente, o crime de abuso do poder praticado por aquelle que se diz o supremo magistrado da nação! (*contestações*). Antes disso já o paiz conhecia a celebre phrase de Euzebio de Queiroz, que ainda ha poucos dias foi reproduzida nesta casa — *não se pôde ser ministro duas vezes neste paiz*.

O SR. RATISBONA: — Estas palavras não se acham escriptas.

O SR. CAMPOS SALLES: — Ninguem as contestou ainda e têm sido registradas como verdadeiras. E quem não vê nestas palavras, energica expansão de uma consciencia honesta, bem assignalada a incompatibilidade que existe entre os brios do cidadão e as tendencias corruptoras do poder usurpador!

Em 1848, o senador Paula Souza, gloria da minha provincia e do paiz (*apoiados*), depois de ter abandonado o seu ministerio, cheio de preocupações pelo futuro da patria, porque tinha perdido a esperanza de ver constituido um bom governo, dizia na intimidade da familia e dos amigos — *ha lá em cima alguma cousa pôde*.

Assim o honrado paulista, já naquele tempo, quando pôde-se dizer que apenas iniciava-se o segundo reinado, denunciava que existia lá em cima alguma cousa que contaminava ou podia contaminar os caracteres que se lhe approximassem.

O SR. RATISBONA dá um aparte.

O SR. CAMPOS SALLES: — E, como acaba de dizer o nobre deputado, representante do Ceará, posteriormente Zacarias de Vasconcellos, depois de ter deixado o ministerio de 3 de Agosto e cedendo a um movimento de indignação, declarou no Senado que nunca mais seria ministro neste paiz.

Ora, Sr. presidente, diante destes testemunhos de tanta valia, porque são todos insuspeitos, porque são produzidos pelos mais fervorosos adeptos do regimen monarchico, eu não posso deixar de acreditar que realmente existe um poder malefico e corruptor que destroe as forças progressivas do paiz!

E o que têm feito os partidos monarchicos para nullificar a acção perniciosa deste poder, senão para destruí-lo totalmente?

O SR. PADUA FLEURY: — Fizeram uma lei para que V. Ex. pudesse dizer isso aqui.

O SR. CAMPOS SALLES: — Eu hei de mostrar a V. Ex. que essa lei não é uma garantia de liberdade, porque não defende nem preserva de um modo effizaz e seguro a soberania popular.

O SR. ILDEFONSO DE ARAUJO: — Não apoiado.

O SR. DIAGO DE VASCONCELLOS dá um aparte.

O SR. CAMPOS SALLES: — Acha V. Ex. que existe muita liberdade só porque se pôde dizer isto! Acha V. Ex. que o paiz goza de muita liberdade só porque o deputado pôde profugar o poder pessoal?

O SR. DIAGO DE VASCONCELLOS: — N'uma republica V. Ex. não fallaria assim. O que me admira é que o presidente da Camara consinta que se esteja examinando o 2.º reinado.

O SR. PRESIDENTE: — Eu ainda não vi necessidade de chamar á ordem o orador.

O SR. RATISBONA: — Nenhum governo livre consente que se discuta a legitimidade do

seu principio. Numa republica não se discuta.

O SR. CAMPOS SALLES: — O aparte do nobre deputado por Minas obriga-me a citar uma anecdota de Frederico, o Grande. Conta-se que Frederico o Grande passeando um dia acompanhado de sua côrte, viu que uma multidão contemplava curiosa um objecto que estava collocado sobre um muro. Aproximou-se e viu que lia-se um cartaz onde se dizia muito mal de sua pessoa e de seu governo. Então Frederico disse a um dos de seu sequito que fizesse collocar o cartaz mais baixo, que era para que todos pudessem lêr bem. Mostrando-se o cortezão admirado de ver esta tolerancia de seu soberano e hesitando, disse Frederico o Grande: « Não se admire; eu e o meu povo fizemos um pacto; elle diz de mim tudo quanto quer, e eu faço delle tudo quanto quero. » (Risadas.)

Eis aqui, senhores, a liberdade que os brasileiros possuem. O brasileiro pôde dizer tudo quanto quer do seu soberano, mas o soberano faz delle tambem tudo quanto quer. (Risadas.)

Mas eu dizia, Sr. presidente, que os partidos monarchicos, em vez de se levantarem, dirigidos pelo impulso do patriotismo e amor à liberdade, para fazer a Corôa recuar aos limites da legalidade, si é que ella existe neste paiz, elles têm sido ao contrario, segundo a declaração feita pelo nobre presidente do conselho, transformados em instrumentos submissos nas mãos da Corôa (Não apoiados).

O SR. PADUA FLEURY: — Elle não disse isso.

O SR. CAMPOS SALLES: — Si outro motivo não houvesse, como effectivamente ha, e eu demonstrarei em tempo, bastaria este para que nós, republicanos, nos considerassemos igualmente distantes. Facto daquelles que se dizem liberes, como daquelles que se chamam conservadores.

Mas, Sr. presidente, quando havia, em meo ao paiz, os partidos por consequença de contar com a força de que dispõe para reivindicar as liberdades publicas, e realizar o seu ideal politico, que é a liberdade total, o partido republicano tem adoptado a politica da tolerancia e da concordia, ao contrario dos partidos monarchicos, que têm adoptado a politica da exclusão e da represalia.

O SR. LOURENÇO DE ALBUQUERQUE: — Não sei si teria essa politica si fosse o partido mais forte.

(Ha outros apartes).

O SR. CAMPOS SALLES: — E' sabido, Sr. presidente, que um dos erros mais graves e de mais funestas consequencias, que têm sido praticados pelos partidos monarchicos, é o de aceitarem no governo tudo quanto haviam repudiado na opposição, e vice-versa.

Estes partidos, depois de haverem profligado com a maior energia e vehemencia os abusos e violencias, quando são victimas, mais tarde servem-se dos mesmos elementos, commettem os mesmos abusos e praticam as mesmas violencias, quando pela fortuna politica são transformados em algozes.

O SR. AUGUSTO FLEURY: — Isto se vê nas republicas.

(Ha outros apartes).

O SR. CAMPOS SALLES: — A nossa historia politica está cheia de factos que comprovam a minha proposição. Referirei alguns que são mais conhecidos precisamente por serem os mais significativos e frisantes.

Lembrarei que o partido liberal profligou com a maior energia as reformas de 1840 e 1841, que haviam annullado oCodigo do Processo e o Acto Adicional, estas duas bellas conquistas do liberalismo, que vieram para o corpo da nossa legislação, afim de attestar a todo tempo o espirito patriótico e francamente democratico da mallograda revolução de 1831.

Os liberaes levaram a energia dos seus protestos ao ponto de lançarem mão do recurso extremo da revolução armada. Mas, Sr. presidente, dir-se-hia que nos destroços da Venda Grande e de Santa Luzia, os liberaes deixaram abandonada a sua bandeira

politica para enriquecer os tropeus dos vencedores.

O SR. FELICIO DOS SANTOS: — Não tinham bandeira politica até ahí.

O SR. CAMPOS SALLES: — V. Ex. está fóra da verdade historica. Até ahí é que elles tiveram bandeira politica. Exactamente dessa época é que esse partido principiou a repudiar as idéas liberaes, deixando em completo abandono, e ao que parece, para sempre, tudo quanto havia antes sustentado. (Apartes).

Apenas dous annos eram decorridos da proclamação revolucionaria, já o partido liberal se achava no poder.

Quando, Sr. presidente, o paiz inteiro esperava que o primeiro acto desse partido fosse o de entrar franca e resolutamente na eliminação de todas essas reformas, que elle chamava as leis reaccionarias, as leis do punhal e do bacamarte, essas reformas que lhes tinham servido de grito de guerra nos campos da revolução; quando era esta a expectativa do paiz, foi elle entretanto dolorosamente surpreendido por uma conducta exactamente contraria.

O partido liberal serviu-se das mesmas leis do bacamarte e do punhal, serviu-se de todos os abusos que antes combatera, para inaugurar a sua situação e assegurar a posse do poder; os instrumentos foram absolutamente os mesmos.

O SR. FELICIO DOS SANTOS: — Era questão de ministerio.

O SR. CAMPOS SALLES: — Não era tal questão de ministerio.

E, Sr. presidente, quando o governo, que inaugurou a situação liberal teve de responder perante a Camara sobre os seus intuitos com relação aquellas reformas, declarou que a experiencia ainda não tinha sido sufficiente para assignalar os defeitos das leis; de modo que ainda não era tempo de revogal-as. E quando alguns deputados de S. Paulo e de Minas, honra seja a estas provincias, fizeram uma interpeção mais formal ao governo, obrigando-o a declarações mais explicas, respondeu o governo, pelo orgão do seu ministro da guerra (18):

« Na minha opinião não considero que o paiz necessite de mais liberdade: na lei fundamental do estado estão consignados os principios de liberdade talvez mais amplamente do que seria necessario. O governo, pois, não tem por missão dar desenvolvimento a estes principios, de modo a tornal-os mais amplos, porque julga que o paiz tem tanta liberdade quanta lhe é necessaria. »

Não se pôde exigir uma condemnação mais cathogorica, mais formal do passado; não se pôde exigir uma declaração mais explicita do repudio de todas as idéas anteriores (Apoiados). Pois, si elles diziam que aquellas leis eram os poderosos instrumentos com que o governo conseguia comprimir a liberdade do voto, o que quer dizer que conseguia eliminar a soberania nacional, como é que no dominio dessas mesmas leis já o paiz gozava de tanta liberdade quanta era necessaria?

O SR. DIOGO DE VASCONCELLOS: — Sempre houve liberdade de mais. (Não apoiados).

O SR. CAMPOS SALLES: — Mas, Sr. presidente, veiu uma nova situação liberal, aquella que tomou na historia a denominação de situação progressista. O partido liberal encontrou as mesmas leis vigorando na nossa legislação, encontrou os mesmos instrumentos de compressão da liberdade, as mesmas armas com que o governo se tornava autoridade omnipotente neste paiz. Pois bem: mais uma vez o partido liberal fazendo a politica da represalia e da exclusão, usou de todos esses instrumentos e dessas armas para fazer as suas camaras unanimes.

O SR. RATISBONA: — Isto foi de todos os partidos.

O SR. CAMPOS SALLES: — Estou dizendo isto mesmo; a politica da represalia era de ambos os partidos.

O SR. DIOGO DE VASCONCELLOS: — Quando

os republicanos organizarem maiorias é que ha de haver outra vez camaras unanimes.

O SR. CAMPOS SALLES: — Um facto mais recente. — Quando o partido liberal deixou o poder, fechando seu 2.º quinquennio com a mesma esterilidade com que havia fechado o primeiro, lá ficou em vigor a celebre instituição da guarda nacional, contra a qual se havia batido com tanta energia, com a maior tenacidade.

E os liberaes tinham razão, Sr. presidente, porque por mim eu declaro: não conheço que houvesse na nossa legislação arma mais poderosa do que aquella para impedir a livre manifestação do voto. Pois bem, quando.....

UM SR. DEPUTADO: — Havia o recrutamento.

O SR. CAMPOS SALLES: — O recrutamento, a policia da lei de 3 de Dezembro, e a guarda nacional eram a formidavel trindade de que se servia o governo para supprimir totalmente a liberdade do voto. (Apartes.) A guarda nacional não era a arma mais fraca.

Sr. presidente, como eu dizia, em 1878, quando o partido liberal subiu ao poder, não encontrou senão as ruinas desta instituição, porque effectivamente ella estava morta. Mas, o partido liberal, com uma perspicacia admiravel, com uma observação profunda, pode vêr no fundo destas ruinas alguma cousa da velha instituição, que ainda podia servir para a obra partidaria. Descobriu que, si ella não servia mais como arma de compressão, todavia podia ser ainda uma arma poderosa, como elemento de corrupção. E effectivamente nós todos vimos como os governos liberaes encheram desde logo o paiz de coroneis e tambem de ridiculo. (Apoiados e risos.)

Sr. presidente, eu ouvi neste momento ao meu lado um aparte de censura, reparando-me de estar eu demandando de novo o paiz para os liberaes.

Não vejo que haja motivo para de-solante estranheza. Não me julgo com direito de pedir contas ao partido conservador nem de censurar a sua conducta, porque, si elle se immobiliza, si elle não quer o progresso, si elle não quer a liberdade, esta não é a papel. (Apoiados e não apoiados.) Mas o partido liberal, não; o partido liberal tomou perante o paiz o compromisso de desenvolver o principio da liberdade, rodeando de garantias solidas e efficazes os direitos do cidadão, para que possa ser uma realidade a manifestação da soberania nacional. O compromisso democratico é dos liberaes e não dos conservadores. Demais, o meu intuito agora não é de fazer accusações: estou deduzindo factos em abono da minha proposição — que os partidos monarchicos têm feito a politica das represalias. Nem um d'elles tem cogitado das reformas em sentido liberal.

O SR. MAC-DOWELL: — V. Ex. compulse a historia das nossas instituições e ha de vêr que as reformas mais liberaes são devidas aos conservadores. (Ha outros apartes.)

O SR. CAMPOS SALLES: — Sr. presidente, eu dizia que, em opposição a esta politica de represalias e de exclusão, o partido republicano tem preferido a politica da tolerancia e da aceitação. Nesta sua politica o partido republicano combate os abusos onde quer que os encontre; e, por outro lado, aceita a medida de liberdade e de progresso, venha d'onde vier: pouco importa que seja liberal ou conservadora a origem de que procede a medida. O nosso dever é aceitar-a e combater por ella, prestando-lhe a cooperação do nosso apoio para que possa triumphar.

Portanto, Sr. presidente, toda a vez que se tratar de determinar qual a posição do partido republicano em frente de cada um dos partidos monarchicos, será necessario antes de tudo levantar esta preliminar: qual d'elles é que nos offerece uma medida de liberdade? qual d'elles é que nos offerece uma medida de progresso?

(Continúa.)

## NOTICIARIO

## S. FRANCISCO

Por pessoa muito criteriosa e insuspeita fomos informados de que nessa localidade dera-se um facto que, a ser veridico, merece a mais séria attenção dos poderes administrativos e judicarios.

A narração que a respeito se nos fez foi:

Que Luiz Maximo de Sá Ferreira era ali negociante e solteiro; que vivera amaziado com uma Sra. de quem teve filhos; que, como negociante, devia bastante á praça, mas dispunha de activo sufficiente para solver integralmente todos os compromissos do seu passivo; que falleceu ainda não ha longo tempo; que no dia do seu fallecimento, de noite, um seu irmão retirára generos de sua casa de negocio, com os quaes se locupletára; que o juiz municipal dessa comarca teve sciencia do seu fallecimento e de que era negociante e solteiro, e que, no entretanto, não procedera, em tempo competente, ao lacramento das portas da respectiva casa de negocio nem á inventariação dos bens que o finado possuísse, na fórma da lei.

Analysemos desde já, se bem que vaga e ligeiramente esse facto, ou antes esses factos, de que mais tarde pretendemos occupar-nos minuciosa e escrupulosamente, caso não sejam dadas quanto antes as devidas providencias.

Se o juiz municipal e do commercio teve com effeito sciencia de que Sá tinha fallecido e de que era negociante, brasileiro e solteiro, está mais que claro que deixou de cumprir os seus deveres, pelo que merece, além da mais acra censura, a punição que a lei applica ao caso; e se o irmão do fallecido realmente locupletou-se com parte insignificante ou importante dos haveres deste, que de direito pertenciam aos credores, visto que o fim mais philosophico da lei é reconhecer que « onde ha credores, não ha herdeiros », é evidente que praticou um crime de estelionato, com circumstancias aggravantes, por ter sido praticado de noite.

## ASSEMBLÉA PROVINCIAL

Informam-nos os nossos *reporters* que vai reunir-se proxivamente a assembléa provincial.

Mais vale tarde que nunca....

Promettemos desde já não faltar á uma só das suas sessões (políticas ou legislativas?) que não de ser importantes, pelo calor da discussão dos... augustos e dignissimos representantes da nossa mal fadada provincia. Commentaremos o valor de seus actos.

## TRANSCRIPÇÃO

Continuamos a transcrever na secção competente o catechismo republicano de Alberto Salles e o importante discurso de seu digno irmão o deputado geral republicano Campos Salles, para os quaes chamamos encarecidamente a attenção dos nossos amaveis leitores.

## E. F. PEDRO I

O requerimento que o digno deputado Rodrigues Silva mandou á mesa na camera dos

deputados em sessão de 22 do mez p. p., relativo á estrada de ferro Pedro I, foi com certeza collocar em certos embaraços o ministerio da agricultura e o engenheiro chefe da commissão fiscal, Firmo de Mello, devido ás 3.ª e 4.ª informações que pede nesse requerimento, que nos parece não poderem satisfazer as intenções do seu signatario.

Na epocha em que a commissão fiscal procedia aos estudos preliminares dessa estrada, o Sr. Firmo de Mello andava tão *enfermo e preocupado* que não lhe foi *possivel* percorrer a linha de estudos em geral e.... venham os cobres.

Vamos vêr em que param as *modas*.

O distincto deputado porá isso tudo em pratos limpos.

## UMA PRISÃO INJUSTA

Informam-nos de S. José que existe na cadeia dessa localidade um preso ha mais de um anno, accusado por crime de morte, sem ainda ter sido submettido ao julgamento do Tribunal do jury.

Entendemos que o procedimento das autoridades judicarias não só é deshumano como tambem irregular, perante as disposições do Cod. do Processo Crim., salvo alguma circumstancia muito excepcional, da qual dependa a boa ordem e marcha do processo.

Em todo o caso, é nosso dever chamar a attenção dos poderes competentes para um facto de tal ordem.

## CASA DE JOGO

Tambem da mesma localidade temos que chamemos a attenção do Sr. Dr. chefe de policia para uma casa na Praia Comprida onde se admittem jogos prohibidos e se joga o *lotto* sem o pagamento do respectivo imposto.

Vai sem commentarios.

## PRESIDENTE DA PROVINCIA

No dia 28 do mez p. p., com as formalidades do estylo, á 1 1/2 hora da tarde, no paço da camara municipal, prestou juramento e tomou posse da Presidencia desta provincia o Exm. Sr. Dr. Antonio Lara da Fontoura Palmeiro.

Ainda no verdor dos annos, dotado d'uma intelligencia fecunda e de idéas as mais progressistas, o Dr. Palmeiro estudará indubitavelmente as necessidades mais urgentes e palpitantes da provincia e concluirá do seu estudo que ellas carecem da sua attenção.

Temos muitas esperanças de que a sua administração será uma das melhores que tem tido a provincia.

Oxalá não nos enganemos.

## ENTENDAM-OS!

Sobre a questão da immigração, diz o *Diario de Noticias* de 18 do mez p. passado:

« O negocio se complica. O Sr Carneiro da Rocha, ex-ministro da agricultura, sem autorisação legal, mandou ordem ás legações e consulados brasileiros na Europa para que dessem passagens por conta do Estado aos immigrants, que quizessem vir para o Brazil.

« Em obediencia ás ordens recebidas os ministros e consules comprometteram-se a dar transporte gratuito aos immigrants e estes

preparam-se para partir, venderam o pouco que tinham, despediram-se da patria querida, e agglomeraram-se nas portas dos consulados e das legações, promptos para a viagem.

« Quando o negocio tinha chegado a este ponto, eis que o ministerio de 6 de Junho, de que fazia parte o Sr. Carneiro da Rocha, succumbe como perturbador da ordem publica.

« Organizado o ministerio de 6 de Maio, e sendo o Sr. conselheiro Moura nomeado ministro da agricultura, ficou horrorizado com o *movimento immigratorio* e deu ordem para que os ministros e consules suspendessem as passagens.

« O facto causou sensação. A sociedade geral de immigração protestou com vehemencia contra o acto do Sr. Moura, e a imprensa neutra e não neutra fez-lhe tambem acerbas censuras.

« Levada a questão ao parlamento, e sendo o actual ministro da agricultura obrigado a justificar seu acto, disse: que o Sr. Carneiro da Rocha tinha autorizado a enorme despeza com as passagens sem credito na lei do orçamento; que seu systema de immigração além de favorecer a especulação dos agentes era de resultados funestos; que era impossivel accomodar actualmente 31,250 immigrants, porque só ha apenas 1,200 lotes de terras medidos e demarcados; que finalmente no estado precario do thesouro era impossivel a despeza de 7,000:000\$, que era em quanto calculava a liberalidade de seu antecessor!

« Não podia haver accusação mais formal, mais explicita do que a que fez o Sr. conselheiro Moura ao seu antecessor.

« O Sr. Carneiro da Rocha estava em má posição e o seu constrangimento era visivel.

« Esperavam todos que o ex-ministro da agricultura viesse no dia seguinte collocar-se em opposição ao ministerio: era um dever de dignidade.

« Manifesto eugano; o Sr. Carneiro da Rocha produziu uma defesa pallida, no meio de contestações do seu illustre successor, e continou governista.

« A comedia porém, não ficou aqui.

« Dias depois o Sr. Carneiro da Rocha e alguns amigos seus em numero de 24 apresentaram uma emenda no projecto de prerogativa do orçamento, abrindo um credito de 3,000:000\$ para o *movimento immigratorio* do ex-ministro da agricultura.

« O Sr. Saraiva, porém, declarou terminantemente que não queria o credito, porque no estado deploravel de nossas finanças, tão avultado despendio não podia ter lugar.

« Posta em votação a emenda foi rejeitada, votando contra ella os conservadores que ainda uma vez vieram em soccorro do nobre presidente do conselho.

« Antes, porém, de ser votada a emenda deu-se um episodio interessante.

« O Sr. Salgado, deputado pelo Rio Grande do Sul e um dos signatarios da emenda declarou que ella não significava falta de confiança ao gabinete.

« E' boa! Depois dos tiroteios entre o Sr. Moura e o Sr. Carneiro da Rocha, depois da declaração formal do Sr. Saraiva a emenda era uma cousa muito *innocente*...

« Mas, perguntamos: Poderá o Sr. Saraiva continuar a viver amparado pelos seus adversarios e abandonado, ou sujeito a ciladas dos seus amigos?

« Entende o honrado estadista que sua posição de chefe supremo do partido liberal está perfeitamente accentuada em face da camara dos deputados?

« Poderá o nobre presidente do conselho conservar-se por muito tempo a fazer cumprimentos á *direita* para evitar os botes da *esquerda*?

Vejam os leitores que embroglio fazem os homens do estado dos negocios do Paiz.

E' zombar muito do povo.